



SEÇÃO: SEÇÃO LIVRE

## Socialismo e democracia nos programas de governo de Salvador Allende e de Hugo Chávez

*Socialism and democracy in the government programs of Salvador Allende and Hugo Chávez*

*Socialismo y democracia en los programas de gobierno de Salvador Allende y de Hugo Chávez*

**Eduardo Scheidt<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-9778-2891](https://orcid.org/0000-0002-9778-2891)  
[edusch.uerj@gmail.com](mailto:edusch.uerj@gmail.com)

**Recebido em:** 10 dez. 2021.**Aprovado em:** 19 dez. 2022.**Publicado em:** 23 jun. 2023.

**Resumo:** No presente artigo, comparamos os discursos sobre socialismo e democracia de Salvador Allende no Chile e de Hugo Chávez na Venezuela. Utilizamos como fontes os programas de governo de ambos os presidentes. Para a realização da pesquisa, fundamentamo-nos nas metodologias da análise do discurso e da história comparada. Concluimos que tanto Allende como Chávez construíram discursos originais sobre o socialismo, que se interconectavam com a democracia.

**Palavras-chave:** socialismo; democracia; discursos; história comparada.

**Abstract:** In this article, we have compared the Salvador Allende's and Hugo Chávez's discourses of socialism and democracy. We have used the government programs of both presidents as sources. To carry out the research, we have used the methodologies of discourse analysis and comparative history. We have concluded that both Allende and Chávez have constructed original discourses about socialism, which have been interconnected with democracy.

**Keywords:** socialism; democracy; discourses; comparative history.

**Resumen:** En este artículo comparamos los discursos sobre socialismo y democracia de Salvador Allende en Chile y Hugo Chávez en Venezuela. Usamos los programas de gobierno de ambos presidentes como fuentes. Para realizar la investigación, nos basamos en las metodologías de análisis del discurso y la historia comparada. Concluimos que tanto Allende como Chávez construyeron discursos originales sobre el socialismo, que se interconectaban con la democracia.

**Palabras clave:** socialismo; democracia; discursos; historia comparada.

### Introdução

Os governos de Salvador Allende (1970-1973) no Chile e de Hugo Chávez (1999-2012) na Venezuela tiveram muitos aspectos em comum, embora também se caracterizaram por notórias diferenças, a começar pelos contextos históricos distintos. Entre as semelhanças, destacamos que ambos os governos foram eleitos pelo voto popular, em coligações de partidos de esquerda, com discursos que propunham “revolucionar” suas sociedades de forma pacífica e dentro da institucionalidade. Democracia e socialismo foram ideias muito presentes tanto no discurso de Allende quanto no de Chávez.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), São Gonçalo, RJ, Brasil.

Neste artigo, analisamos os programas de governo de ambos os presidentes.<sup>2</sup> Tomamos como fonte o *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular*, que norteou a campanha eleitoral de Allende em 1970, bem como os programas de governo dos quatro sucessivos mandatos de Chávez: *La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: una revolución democrática*, de 1998; *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*, de 2001; *Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013*, de 2007 e a *Propuesta del Candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019*, de 2012.

Para a análise de nossas fontes, fundamentamos em duas metodologias principais: a análise de discurso e a história comparada. O método da análise do discurso requer muitos cuidados por parte do historiador. Conforme os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, "[...] o discurso não pode ser visto como algo transparente" (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 377). Neste sentido, é fundamental, por parte do historiador, uma atitude hermenêutica, de interpretação criteriosa das fontes analisadas. Sendo nosso objeto as concepções de democracia e de socialismo nos programas de governo de Allende e de Chávez, necessitaremos de uma atenção especial às formas e aos conteúdos de seus discursos. Entretanto, não nos restringiremos àqueles aspectos. Conforme a metodologia proposta por Cardoso e Vainfas, não podemos perder de vista que:

[...] trata-se, antes, de *relacionar texto e contexto*: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378).

Desta forma, não nos restringimos à leitura exclusiva das fontes. Trataremos também de relacioná-las com o contexto. Para tal, utilizaremos a produção historiográfica sobre o Chile de Allende e a Venezuela de Chávez.

Sobre o objeto de estudo, estamos atentos ao fato de que foram construídos e difundidos inúmeros discursos sobre democracia e socialismo ao longo do tempo. No que diz respeito à democracia, Norberto Bobbio (2010) localiza sua origem na Antiguidade grega, em que significava basicamente "governo do povo", entendendo-se o poder exercido diretamente pelos cidadãos que se reuniam em assembleia nas praças públicas para discutir e deliberar. Durante o século XIX, formulou-se uma concepção liberal de democracia, em que se buscou conciliar o poder popular com a eleição de representantes. Segundo essa nova concepção, os cidadãos exerceriam a soberania através da escolha de representantes que governariam em seu lugar. No século XX, esse modelo de democracia representativa, comumente também chamada de democracia liberal e/ou constitucional, consolidou-se em muitos países da Europa, nos Estados Unidos e também na América Latina, exceto nos períodos de ditaduras. Bobbio salienta que esse modelo de democracia nunca foi unânime, sendo questionado principalmente pelas diversas vertentes do socialismo, que almejam ampliações da democracia, seja introduzindo mecanismos de participação direta dos cidadãos ou defendendo medidas sociais de distribuição de renda e redução de desigualdades, não se limitando a questões políticas, tal como almejam os liberais.

Para a cientista política e historiadora estadunidense Ellen Wood (2011), a democracia moderna diverge radicalmente da antiga, pois enquanto essa se caracterizava por um real poder soberano de quem detinha direitos de cidadania, aquela justamente esvazia os cidadãos desse direito. De acordo com sua visão, na democracia moderna a soberania se exerce de fato somente

<sup>2</sup> Salientamos que para o presente artigo, utilizamos os programas de governo de Allende e de Chávez. Como Allende participou de uma única eleição vitoriosa e Chávez de quatro mandatos consecutivos, é evidente que damos um espaço de análise maior para este último.

nos parlamentos e/ou nos poderes executivos. A autora ainda sustenta que "Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas" (WOOD, 2011, p. 173). Enquanto as liberdades e igualdades se restringem ao direito do voto, os grupos privados fazem as regras no processo econômico, permitindo as desigualdades sociais e explorações do trabalho lado a lado com as liberdades políticas formais.

No que diz respeito ao socialismo, igualmente há inúmeras concepções e conceitos de socialismo. De acordo com Bobbio (2010), o termo socialismo se definiu historicamente como programa político das classes trabalhadoras, que se formaram durante a Revolução Industrial. Em muitos contextos, o termo também foi utilizado e defendido por outros grupos sociais, para além dos trabalhadores. Para os sansimonianos, por exemplo, socialismo significava todo o pensamento e projeto para o social contrapondo-se ao individual, independente de classes ou grupos. Ao longo do século XIX, foram-se forjando várias concepções de socialismo, embora predominavam projetos de reconstrução da sociedade em base comunitária e associativa para se contrapor à sociedade capitalista e individualista. Karl Marx foi um dos principais teóricos do socialismo e se tornou a referência mais importante para os movimentos de trabalhadores do final do século XIX e princípios do XX. Para Marx, o caminho para o socialismo seria através da revolução social, que levaria o proletariado ao poder com o desmantelamento do Estado burguês, incluindo sua forma democrática-liberal. Essa passou a ser a orientação predominante dos partidos marxistas, permanecendo majoritária à época da eleição de Allende.

Conforme já apontamos, também utilizamos a metodologia da história comparada. A comparação na História ainda foi muito pouco teorizada. Conforme os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Pérez Brignolli: "Cumprer reconhecer, entretanto, que o método comparativo tem, no contexto dos estudos históricos, uma insuficiente elaboração teórica como método racional"

(CARDOSO; PÉREZ BRIGNOLLI, 1990, p. 418-419). Sobre a comparação na História, ambos os autores remetem às reflexões de Marc Bloch. O historiador francês publicou, originalmente em 1928, um artigo que se tornou um clássico. Entre suas reflexões, Bloch defende o método da comparação, pois:

[...] estuda paralelamente sociedades, ao mesmo tempo, vizinhas e contemporâneas, sem deixarem de ser influenciadas umas sobre as outras, submetendo-se, em seus desenvolvimentos, em razão, precisamente, de suas proximidades e de seus sincronismos, à ação das mesmas grandes causas, e parcialmente remetendo, entretanto, a uma origem comum (BLOCH, 1963, p. 19).

Consideramos que, embora o Chile e a Venezuela não tenham fronteiras terrestres, as considerações de Bloch como sociedades "vizinhas" são plenamente aplicáveis, pois ambos os países passaram por processos históricos semelhantes, na medida em que pertenceram ao império colonial espanhol entre os séculos XVI e XIX, participaram das guerras de independência e se proclamaram repúblicas nas primeiras décadas do século XIX, assim como formaram regimes oligárquicos ao final do século XIX e os superaram em princípios do XX. Ainda que os períodos comparados não coincidam exatamente no mesmo período (Chile de 1970 a 1973 e Venezuela de 1998 a 2012), consideramos válido o termo "sociedades contemporâneas", pois trata-se de um distanciamento histórico bastante curto em termos temporais.

Dividimos o artigo em três partes. Primeiramente analisamos o programa de governo de Allende. Em seguida, debruçamo-nos sobre os programas de governo de Chávez, dividindo-os em duas partes, devido a diferenças significativas nos discursos chavistas a partir de meados de seu governo. Uma seção é referente aos dois primeiros e a outra, aos dois últimos programas de governo chavistas.

### **Democracia e socialismo no programa de governo de Salvador Allende**

A eleição de Salvador Allende para a presi-

dência do Chile em setembro de 1970 foi um acontecimento histórico inédito na história latino-americana. Era a primeira vez que um candidato autodeclarado marxista e comprometido com uma transição ao socialismo foi eleito democraticamente pelo voto popular.<sup>3</sup> Allende elegeu-se por uma composição de partidos de esquerda, denominada Unidade Popular (UP).<sup>4</sup> Era o início do que ficaria posteriormente conhecido como "via chilena para o socialismo", que tinha como projeto superar o capitalismo e iniciar a transição ao socialismo pela via eleitoral e democrática, rejeitando a luta armada.

Um dos fatores que explica a vitória de Allende em 1970 foi a existência de um regime de democracia liberal aparentemente sólido, contrastando com a realidade da maior parte dos países latino-americanos. Desde o fracassado golpe liderado por Marmaduke Grove em 1932,<sup>5</sup> as Forças Armadas (FFAA) passaram a assumir uma postura legalista e não mais intervieram no processo político, prevalecendo o respeito aos resultados eleitorais. Inicialmente, havia no país uma democracia bastante restrita, controlada pelos grupos oligárquicos. Ao longo do século XX, entretanto, as transformações sociais e políticas promoveram a superação do Estado oligárquico<sup>6</sup> e uma paulatina ampliação dos direitos democráticos, com o voto secreto, o voto feminino e a coibição das práticas do "voto de cabresto" nas regiões rurais.

A democracia chilena permitiu a formação, ao longo do século XX, de partidos de esquerda fortes e com crescente influência política, em

especial o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PC). O primeiro era um partido heterogêneo, composto por várias correntes internas, desde sociais-democratas a trotskistas. Nos anos 60, sob o impacto da Revolução Cubana e em meio ao acirramento das lutas sociais na América Latina, o PS se proclamou como marxista e defensor da revolução socialista. Já o PC era afinado com o comunismo soviético e tinha uma sólida presença no movimento operário chileno. Embora tivessem suas divergências, os partidos da esquerda chilena construíram uma tradição de compor alianças nas disputas eleitorais. Antes da eleição presidencial de 1970, já tinham se apresentado unidos em torno de Allende nos pleitos de 1958 e 1964. Na campanha que seria finalmente vitoriosa, a UP apresentou o *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular* (daqui em diante, PBGUP), que passaremos a analisar.

O PBGUP foi lançado no dia 17 de dezembro de 1969, reunindo as propostas da candidatura de Salvador Allende para as eleições presidenciais de 4 de setembro do ano seguinte. Foi firmado por Luis Corvalán (secretário geral do PC), Aniceto Rodríguez (secretário geral do PS), Carlos Morales Abarzúa (presidente do PR), Jacques Chonchol (presidente do MAPU), Esteban Leyton (secretário geral do PSD) e Alfonso David Lebón (presidente da API).

Analisando o PBGUP, percebemos que as concepções de democracia e de socialismo estavam intrincadas. Segundo a proposta das esquerdas chilenas, só haveria uma autêntica democracia com socialismo e este era entendido como um

<sup>3</sup> A historiografia sobre o governo de Allende no Chile é vasta. Uma boa síntese sobre o governo de Salvador Allende no Chile, fundamentada em pesquisas e produções recentes, é o livro de Peter Winn (2010). Ver também a coletânea organizada por Julio Pinto Vallejos (2005), que reúne vários estudos, de distintos autores, sobre como o governo da UP foi vivenciado por diversos segmentos da sociedade. Ver ainda Franck Gaudichaud (2017).

<sup>4</sup> Coalizão eleitoral que lançou a candidatura de Salvador Allende para a presidência nas eleições de 1970. Era formada principalmente pelos dois principais partidos de esquerda: o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PC), além de outros partidos menores, tais como o Partido Radical, o Partido Social Democrata e o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU). Este último, uma dissidência à esquerda do Partido Democrata Cristão (PDC). Por fora da UP, o Movimento da Esquerda Revolucionário (MIR) era uma organização surgida no contexto do impacto da Revolução Cubana, que não acreditava na via eleitoral, mas deu apoio crítico ao governo de Allende, pressionando pela aceleração das transformações e pela mobilização popular com a perspectiva da ruptura institucional para a construção do Estado socialista.

<sup>5</sup> O frustrado golpe liderado por Grove foi vinculado a setores progressistas e tentou implantar uma "República Socialista". Muitos dos envolvimento na frustrada tentativa golpista, renunciaram ao caminho da luta armada e participaram da fundação, no ano seguinte, do PS.

<sup>6</sup> O Estado oligárquico foi superado no sentido de que as velhas oligarquias rurais perderam a exclusividade do poder político e o Estado passou a representar interesses também de setores das burguesias industriais, das classes médias urbanas e também atendendo a algumas demandas das classes populares. Deve-se ressaltar, entretanto, que as grandes propriedades rurais se mantiveram intactas e as oligarquias continuaram com parcela do poder do Estado e participavam ativamente dos processos eleitorais.

aprofundamento da democracia. Esse almejado socialismo democrático era também concebido como um "governo dos trabalhadores", em que haveria um exercício direto do governo pela população trabalhadora, através da construção de um "poder popular".

A construção do socialismo era um dos eixos centrais do programa da UP e estava explicitado em diversos trechos, como no seguinte: "La única alternativa verdaderamente popular y, por lo tanto, la tarea fundamental que el Gobierno del Pueblo tiene ante sí, es terminar con el dominio de los imperialistas, de los monopolios, de la oligarquía terrateniente e iniciar la construcción del socialismo en Chile" (PBGUP, 1969, p. 10).

Conforme já mencionado, o socialismo seria construído mantendo-se as instituições democráticas. Seriam preservados, pois, os direitos de organização partidária e sindical, as liberdades de imprensa, a inviolabilidade dos lares, entre outros fatores. Essas liberdades seriam asseguradas inclusive para os partidos de oposição, desde que respeitadas as normas constitucionais.

Entretanto, na construção do socialismo, a democracia seria aprofundada "[...] sin las cortapisas con que los limitan actualmente las clases dominantes" (PBGUP, 1969, p. 13). Embora defendessem a democracia, isso não significa que a UP concordava com o modelo de democracia liberal. Ao contrário, os apoiadores de Allende consideravam que a democracia então vigente era limitada e controlada pelas classes dominantes, fundamentalmente elites burguesas e oligarquias agrárias, alinhadas com o imperialismo norte-americano. A concepção de democracia defendida pela UP somente se efetivaria com o governo dos trabalhadores, concomitante com o início da construção do socialismo.

É equivocado, pois, afirmar que a UP defendia o modelo de democracia liberal. Ainda que de fato eles almejavam manter as liberdades de-

mocráticas, claramente propunham aprofundar a democracia. Para tal, previa-se uma nova constituição que assegurasse ampla participação política do povo no exercício do poder. Nessa nova organização do Estado, propunha-se a criação da "Assembleia do Povo", que seria a principal instituição de poder, conforme o trecho a seguir:

Se creará una organización única del Estado estructurada a nivel nacional, regional y local que tendrá a la Asamblea del Pueblo como órgano superior de poder.

La Asamblea del Pueblo será la Cámara Unica que expresará nacionalmente la soberanía popular. En ella confluirán y se manifestarán las diversas corrientes de opinión.

Este sistema permitirá suprimir de raíz los vicios de que han adolecido en Chile tanto el presidencialismo dictatorial, como el parlamentarismo corrompido (PBGUP, 1969, p. 15).

Mais uma vez percebemos as fortes críticas ao regime democrático então vigente, ao afirmar que as classes dominantes exerciam o poder de forma autoritária e corrompida. Conforme a citação, a "Assembleia do Povo" seria a instância máxima de poder. Esse parlamento popular estaria acima do poder executivo, que estaria subordinado ao legislativo. Também seria superior ao poder judiciário, cujos integrantes seriam indicados pela Assembleia do Povo. A população organizada ainda teria pleno controle da Assembleia, inclusive com a possibilidade de revogar mandatos. Mas não há menções de como as eleições e eventuais revogações seriam realizadas<sup>7</sup>.

Radicalmente diferente do modelo de democracia liberal, a concepção de democracia, conectada com o socialismo, almejava transferir a soberania do executivo e do parlamento para o povo, através da construção do poder popular. Essa questão era um dos eixos do PBGUP. As bases da construção do poder popular já seriam assentadas durante a campanha eleitoral, através da formação dos Comitês da Unidade Popular. Embora o objetivo mais imediato dos comitês

<sup>7</sup> Não é possível, no espaço limitado desse artigo, analisar o governo de Allende. Entretanto, salientamos que, embora estivesse no programa de governo da UP, não houve iniciativas concretas de implantar as reformas constitucionais, incluindo a "Assembleia do Povo". Para viabilizar sua posse (que necessitou do aval do Congresso Nacional, já que a UP não obteve mais de 50% dos votos), Allende se comprometeu a cumprir a constituição. Além disso, a UP inicialmente privilegiou a agenda econômica com a estatização das minas, a criação da Área de Propriedade Social e estímulos ao consumo e distribuição de renda. Em seguida, a polarização social e a crise política, que se acentuaram ao longo do governo, dificultaram em muito a possibilidade de reformas institucionais, especialmente por os partidos da UP serem minoritários no Congresso e enfrentarem hostilidades da Suprema Corte. Ver Winn (2010) e Gaudichaud (2017).



fosse engajar os trabalhadores na campanha eleitoral de Allende, o programa da UP afirmava que:

Estos comités deben ir convirtiéndose en el curso de la campaña en expresiones germinales del poder popular que conquistaremos en 1970, comenzando aún antes de la victoria a concretar aspiraciones reivindicativas de las masas y transformándose, una vez obtenidas, en factores dinamizadores y de dirección local de los procesos de cambios revolucionarios (PBGUP, 1969, p. 47).

A questão da organização e politização das camadas populares era um fator essencial para a construção do socialismo e da ampliação da democracia sob a ótica da UP. Instâncias de poder popular seriam cruciais para possibilitar um exercício mais direto e cotidiano do poder por parte da maioria da população, superando a mera eleição de representantes como característica central da democracia.

Outro aspecto que perpassa todo o programa da UP é a luta de classes. Nas primeiras páginas, afirma-se que o problema central do Chile era o capitalismo, cuja forma de governar era dominada pela burguesia e pela oligarquia agrária, ambas estruturalmente ligadas ao imperialismo (PBGUP, 1969, p. 4). A transição ao socialismo não seria uma tarefa de toda a população. O PBGUP afirma que a UP representaria 90% da população, composta por operários, camponeses, empregados profissionais e técnicos, estudantes, professores, intelectuais e grande maioria de proprietários, produtores e comerciantes (PBGUP, 1969, p. 41). Como a maior parte dos defensores do socialismo da época, a UP prioriza os trabalhadores, a começar por operários e camponeses (nessa ordem). Mas há também um direcionamento a outros setores da sociedade, basicamente as "classes médias", incluindo proprietários e comerciantes.

A combinação de socialismo com democracia é uma diferença crucial entre a proposta de socialismo da UP e os modelos então vigentes no bloco soviético, inclusive em Cuba. Os partidários

de Allende rejeitavam a "ditadura do proletariado" e defendiam que o socialismo seria construído se mantendo as liberdades democráticas, incluindo os direitos dos opositores do socialismo<sup>8</sup>. Esse era um dos elementos centrais que caracterizava a proposta da UP, que depois seria conhecida como "via chilena para o socialismo".

No que se refere a aspectos econômicos, a concepção de socialismo da UP se sintonizava com a maioria das correntes socialistas da época na defesa de um Estado forte, interventor e que planeje a macroeconomia para atender as demandas da maioria da população. Defendia-se a criação de uma área estatal dominante, formada por empresas estatais e outras que viessem a ser estatizadas (PBGUP, 1969, p. 19). Entre os pontos centrais, defendia-se a nacionalização das riquezas básicas, a começar as minas de cobre e salitre, principal setor de exportação da economia chilena, que ainda eram controlados por empresas privadas multinacionais. O sistema financeiro, o comércio exterior e grandes empresas monopólicas também estariam incluídas nessa área estatal dominante (PBGUP, 1969, p. 20).

Entretanto, não estava prevista uma total estatização da economia, conforme os modelos soviético e cubano. O PBGUP menciona uma "área de propriedade privada", que "[...] comprende aquellos sectores de la industria, la minería, la agricultura y los servicios en que permanecen vigentes la propiedad privada de los medios de producción" (PBGUP, 1969, p. 20). Essas empresas privadas inclusive constituiriam a grande maioria, embora o setor estatal seria o economicamente dominante. O programa ainda menciona uma terceira área, denominado de mista, em que as empresas teriam tanto capital estatal como privado (PBGUP, 1969, p. 21). Neste outro aspecto, o socialismo defendido pela UP era também peculiar, se comparado ao dos países do então bloco soviético.

Não está explicitada no PBGUP a expressão

<sup>8</sup> Embora árduo defensor do comunismo soviético, o PC chileno foi um dos principais artífices da proposta de socialismo democrático para o governo Allende. Isso não significava rompimento ou mesmo divergência com os soviéticos. Na verdade, a proposta de via gradual e pacífica para o socialismo estava sintonizada com as novas orientações da URSS para os partidos comunistas em todo o mundo. Essa mudança de orientação foi decidida no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, realizado em 1956, no qual também foram proclamadas duras críticas ao período stalinista.

"via chilena para o socialismo", nem mesmo claramente salientado que o processo seria pacífico, sem rupturas constitucionais. O programa de governo foi um esforço de consenso dos partidos que compunham a UP, mas é sabido que havia profundas divergências entre eles em várias questões, como o caminho para a construção do socialismo. O PC, sob as diretrizes do XX Congresso do PCURSS, foi o principal defensor da linha gradual e pacífica para o socialismo. O PS, embora também defendesse a conquista do governo pelas vias eleitorais, não tinha posição consensual quanto ao caminho para o socialismo. A maior parte de seus dirigentes e militantes acreditava que a transição levaria inevitavelmente a uma ruptura institucional, pois a direita e o imperialismo reagiriam com violências às mudanças e um confronto armado seria inevitável. Setores minoritários dos socialistas, entre os quais se vinculava Allende, tinham uma perspectiva semelhante à do PC. Aliás, o presidente foi um dos principais defensores da "via chilena" e se manteve fiel ao projeto gradual e pacífico até o golpe de Estado de 1973, que pôs fim ao seu governo.

O discurso da UP estava relacionado com o contexto histórico do Chile ao final dos anos 60 e início dos 70. Com uma democracia liberal aparentemente consolidada, que permitiu a organização sindical e partidária dos trabalhadores, a transição ao socialismo através das instituições democráticas parecia viável. Allende foi eleito no momento em que a defesa do socialismo se fortalecia nas esquerdas latino-americanas, em especial após a vitória da Revolução Cubana. Foi nesse contexto que as esquerdas chilenas elaboraram uma diferencial proposta de socialismo, interconectada com uma transformação e ampliação da democracia.

Nossa análise do programa de governo de Allende está em sintonia com alguns estudos recentes sobre o ex-presidente chileno. Conforme Patricio Quiroga (2016), Allende não seguiu nenhum modelo de socialismo, mas sim formulou

uma segunda via para se chegar ao socialismo, fundamentada nas relações entre socialismo e democracia sem passar por rupturas armadas. Quiroga defende a tese de que Allende não apenas não seguia a via proposta pelas experiências soviética e cubana, mas também propôs uma via e uma percepção de socialismo novas e originais. De forma semelhante, Elisa Borges (2020) também defende a originalidade do pensamento e de ações de Allende sobre o socialismo. Conforme a autora, ao longo de toda sua trajetória, Allende construiu uma perspectiva de socialismo própria, que se diferenciava tanto da via "rupturista" (defendida pela maioria do PS), como também da linha "gradualista" (proposta pelo PC e minoria dos socialistas). Nesse sentido, Elisa Borges aponta que o socialismo de Allende não era exatamente o mesmo do PC, conforme alguns autores comumente defendem.

Não é objetivo desse artigo discutir o governo de Allende. Apenas chamamos a atenção para o fato de que teve curta duração (cerca de mil dias) e foi interrompido pelo golpe liderado por Augusto Pinochet. A UP pôs em prática várias medidas de seu programa de governo, como a nacionalização do cobre e de muitas empresas privadas, a reforma agrária e outras medidas em benefício dos trabalhadores e da população mais pobre. As mudanças propostas levaram uma forte reação contrária das elites empresariais, das oligarquias agrárias e de amplos setores das classes médias. O país se dividiu e se polarizou entre apoiadores e opositores do governo da UP, passando por diversos momentos de crise, até culminar no golpe militar apoiado por aqueles segmentos sociais opositores e pelos EUA.<sup>9</sup>

### **Democracia participativa e protagônica nos dois primeiros programas de governo de Chávez**

Diferente do curto governo de Allende, Hugo Chávez governou a Venezuela em sucessivos mandatos, até seu afastamento por um câncer

<sup>9</sup> Os EUA tiveram papel crucial na desestabilização e queda do governo de Allende. O então presidente Nixon e seu secretário de Estado Kissinger, estimularam ações golpistas antes mesmo da posse do presidente chileno. Durante o governo da UP, financiaram partidos de oposição, impuseram sanções econômicas ao país e participaram da articulação do golpe militar de 1973. Ver Winn (2010).

que o levou à morte. Sua primeira eleição deu-se em meio a um contexto histórico muito distinto do chileno. Quando Chávez foi eleito em 1998, praticamente toda a América Latina seguia as políticas econômicas neoliberais. Nas décadas de 80 e 90, diversos países latino-americanos passaram por um processo de redemocratização conservadora, em que se desmantelaram as ditaduras, mas se mantiveram os domínios do grande capital nacional e internacional. Os movimentos sociais, duramente golpeados pela repressão desmedida de anos anteriores e pela crise do socialismo com o desmantelamento do bloco soviético, estavam desarticulados. Nesse contexto após o fim da Guerra Fria desencadeou-se uma ofensiva ideológica que proclamava o fim do socialismo e apontava o modelo de democracia liberal como único possível. Sob o signo do "Consenso de Washington"<sup>10</sup>, as diretrizes neoliberais eram também tidas como "único caminho possível".

A Venezuela tinha muitas diferenças em relação aos demais países do subcontinente, em especial distinguia-se pela ausência de ditaduras militares, com a vigência de um regime de democracia liberal desde 1958, quando as cúpulas dos principais partidos firmaram o Pacto de Punto Fijo. A democracia venezuelana era mais formal do que real, pois era controlada pelos dirigentes dos dois principais partidos: Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente (COPEI), que se alteravam no poder aplicando medidas em prol do interesse das elites do país e do capital estrangeiro.<sup>11</sup>

Até o final dos anos 70, a Venezuela tam-

bém se diferenciava pela situação econômica favorável, devido à alta do preço do petróleo, responsável por mais de 90% das exportações do país. Mas nos anos 80 e 90, o contexto mudou drasticamente, quando a Venezuela mergulhou em crises econômicas profundas, decorrentes das fortes quedas do preço do hidrocarboneto. A crise levou a uma sistemática descrença da população nos partidos tradicionais e na própria democracia liberal, incluindo a explosão de uma grande rebelião popular em 1989, conhecida como *Caracazo*.<sup>12</sup> Como tentativas de sair da crise, a Venezuela esforçava-se por aplicar as medidas neoliberais em sintonia ao "Consenso de Washington". Mas após o *Caracazo*, os movimentos sociais venezuelanos começaram a se rearticular, insurgindo-se contra o neoliberalismo e reivindicando uma série de demandas sociais, embora sem diretrizes ideológicas claramente definidas. Nesse contexto, Hugo Chávez foi o primeiro presidente latino-americano a ser eleito com uma agenda claramente contrária ao neoliberalismo e afinada com muitas demandas dos novos movimentos sociais.

Para as eleições presidenciais de 1998, o Polo Patriótico<sup>13</sup> lançou um programa de governo intitulado *La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: una revolución democrática* (daqui em diante, PHCTV). O documento foi assinado por Chávez e "equipe assessora". Diferente da UP, não havia assinatura de partidos políticos. Desde o início, o processo bolivariano foi demarcado pelo forte personalismo chavista, em que a figura de Chávez era venerada e reconhecida como liderança. O programa de

<sup>10</sup> O "Consenso de Washington" foi a denominação para um conjunto de diretrizes econômicas neoliberais, tais como amplas privatizações, flexibilizações de leis trabalhistas, desregulamentações econômicas, entre outras, aplicadas pela grande maioria dos países latino-americanos a partir do final dos anos 80. No contexto de crise e desmantelamento do bloco soviético, proclamou-se a "inviabilidade" do socialismo e sob liderança dos EUA, as elites econômicas afirmavam que o capitalismo neoliberal e a democracia representativa seriam os únicos caminhos possíveis de serem adotados pelos países em todo o mundo.

<sup>11</sup> Sobre o contexto histórico da Venezuela de princípios do século XX até meados do período chavista, ver Gilberto Maringoni (2009). Ver também Karl Schurster e Rafael Araujo (2015) e, ainda, Edgardo Lander (2017).

<sup>12</sup> Nos dias 27 e 28 de fevereiro daquele ano, houve um expressivo levante popular na cidade de Caracas contra a situação de profunda crise econômica e social, que ficou conhecido como *Caracazo*. O levante foi desencadeado pela revolta popular contra o então presidente recentemente empossado, Carlos Andrés Pérez que havia prometido na campanha eleitoral promover o "Estado de bem-estar social" inspirado na socialdemocracia europeia, mas que decretou um pacote de medidas de caráter neoliberal ao chegar ao governo. A rebelião foi severamente reprimida, ocasionando a morte de centenas de manifestantes. Ver Schurster e Araujo (2015, p. 15-16).

<sup>13</sup> Frente eleitoral pela qual Hugo Chávez concorreu à presidência em 1998. Era formada principalmente pelo partido então recentemente fundado por Chávez, Movimento pela V República (MVR), partido eleitoral criado a partir da antiga organização clandestina que Chávez atuara no interior das FFAA, denominada Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR). Compunham também o Polo Patriótico, partidos menores, como o Partido Comunista da Venezuela (PCV), o Pátria Para Todos (PPT) e a maior parte do Movimento ao Socialismo (MAS).



governo foi lançado no dia 11 de abril de 1998 e as eleições foram realizadas em 6 de dezembro do mesmo ano.

Uma diferença marcante em relação à proposta da UP chilena é que o programa chavista não fazia menções ao socialismo. A questão da democracia era um dos pontos centrais da proposta. Como está no próprio subtítulo do documento, objetivava-se dar início a uma "revolução democrática". Mas se na Venezuela já era vigente um regime democrático desde o final dos anos 50, o que teria de singular nessa nova concepção de democracia, ao ponto de ser chamada de "revolucionária"? De acordo com o PHCTV,

Pasar de la Democracia Gobernada a la Democracia Gobernante comprende un nuevo contrato social que promueva la participación de la Sociedad Civil a través de formas de democracia directa, como la iniciativa popular y el sistema del referéndum, de manera que se logre un equilibrio dinámico y estable entre el Nuevo Poder Constituido y, la vigencia permanente del Poder Constituyente (CHÁVEZ, 1998).

O propósito era instituir um modelo de democracia direta e participativa, em que o poder dos cidadãos seria exercido diretamente e de maneira contínua, superando-se a mera eleição de representantes esporadicamente.

Assim como os partidários de Allende no Chile, os apoiadores de Chávez eram críticos dos modelos de democracia vigentes em seus países. Segundo Chávez, a democracia venezuelana seria um "[...] marco institucional que se há caracterizado por el dominio de las cúpulas de los partidos políticos tradicionales que, a su vez, controlan los diferentes poderes del Estado en casi todos los ámbitos territoriales, tanto nacional, como regional y local" (CHÁVEZ, 1998). A profunda crise que o país enfrentava desde os anos 80 iria além de uma mera crise econômica ou de gestão. A própria democracia limitada e controlada pelas elites seria a raiz de todos os males. Tratava-se, pois, de transformar a democracia, construindo-se uma democracia participativa.

Para além da questão democrática, o programa de governo propunha uma transformação radical da sociedade venezuelana, através de um novo

projeto de nação, iniciando com a mudança do regime político. Os passos para iniciar a transformação estão sintetizados nos seguintes trechos:

Así tenemos que el documento presenta en primer lugar el Polo macropolítico, cuya línea central es el proceso constituyente y su objetivo de transformar el marco político-jurídico actual, ya agotado, para dar paso a una auténtica democracia participativa. Al mismo tiempo, esta búsqueda del equilibrio político a través de la Asamblea Constituyente, indica la primera fase del Proyecto de Transición.

[...] El Proceso Constituyente es una revolución democrática porque desencadena la transformación profunda de la sociedad venezolana, basándose en la voluntad popular, al ejercer ésta su soberanía (CHÁVEZ, 1998).

A questão da convocação de uma assembleia constituinte era enfatizada em diversos trechos do programa de governo. Seria um passo inicial para a construção de um novo projeto de nação, fundamentado na democracia transformada. Diferente do caso chileno, que priorizou conquistar uma maioria eleitoral dentro do próprio modelo de democracia representativa (embora também previsse uma nova constituição), o programa chavista colocava, como primeiro passo, a questão da elaboração de uma nova carta constitucional que assegurasse radicais mudanças no regime político.

Outra diferença em relação à proposta da UP é que no programa chavista não há menções à luta de classes, nem ênfase aos trabalhadores. A proposta original de Chávez era dirigida para toda a sociedade. Assentava-se em um discurso que enfatiza a "refundação da nação". Assim como não se mencionava o socialismo, também não se propunha a superar ou romper com o capitalismo. Admitiam-se políticas voltadas aos interesses do capital privado, inclusive do estrangeiro:

El objetivo central de la nueva política petrolera es mantener la formación de capital público e impulsar la formación de capital privado nacional, incorporando a inversionistas y ahorristas venezolanos. La inversión extranjera se ampliará allí donde los requerimientos del desarrollo nacional lo impongan, actuando en un papel complementario al del Estado y al de los inversionistas y ahorristas nacionales (CHÁVEZ, 1998).

Neste aspecto, a proposta da primeira eleição

chavista diverge do projeto da UP e se aproxima dos modelos de nacional desenvolvimentismo implementadas em vários países latino-americanos nos meados do século passado, tais como no Brasil varguista, na Argentina peronista e no México durante o governo de Lázaro Cárdenas. Seria uma espécie de "neo-desenvolvimentismo", em que se previa ganhar o apoio e de uma "burguesia nacional", em um projeto de desenvolvimento nacional e soberano.

Embora não fosse anticapitalista, o programa de governo chavista era claramente contrário ao neoliberalismo, então vigente em praticamente toda a América Latina. Defendia-se um Estado forte e atuante, com um papel ativo na dinamização e diversificação econômica, através de um "Plano de Desenvolvimento Nacional". Este Estado fortalecido não seria contraditório à almejada democracia participativa. Seria fundamentalmente um "[...] Estado que devuelva a la sociedad formas de participación hoy confiscadas por un esquema centralizador" (CHÁVEZ, [1998]).

Chávez obteve uma ampla vitória nas eleições de 6 de dezembro 1998, nas quais conquistou 56,2% dos votos, reunindo o apoio da quase totalidade das camadas populares de baixa renda, setores das classes médias, além de muitos intelectuais e maior parte de políticos de esquerda. Logo após a posse no dia 2 de fevereiro de 1999, uma das primeiras medidas do novo presidente foi convocar um plebiscito para autorizar a eleição de uma assembleia constituinte, seguido pela eleição da mesma. A constituição aprovada e promulgada em 1999 é indiscutivelmente uma das mais democráticas do mundo. O texto constitucional buscou institucionalizar mecanismos da democracia participativa, mantendo instituições da democracia representativa. Especificamente sobre a democracia participativa, o artigo 70 anuncia inúmeras instâncias, como assembleias de cidadãos, os chamados *cabildos abiertos* e diversas iniciativas legislativas por parte dos cidadãos. Conforme a historiadora venezuelana Margarita López Maya (2011), a nova constituição consagrou o direito de participação dos cidadãos de forma direta e indireta, não somente nos

processos eleitorais, mas também na formação, execução e controle das políticas públicas.

No ano seguinte à promulgação do novo texto constitucional, foram convocadas novas eleições para todos os cargos eletivos. Chávez novamente se candidatou e venceu com larga margem, estabelecendo seu primeiro mandato de seis anos sob a nova constituição. Para esse seguinte período de governo, Chávez lançou um programa denominado *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007* (daqui em diante, LGPDN).

Esse programa de governo ratificou as concepções de democracia das propostas da eleição anterior. Afirmava que o primeiro governo de Chávez e a elaboração de uma nova constituição foram os primeiros passos da "revolução democrática". Conforme o texto:

De esta manera, estamos contribuyendo significativamente a lograr principios fundamentales establecidos en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, para lo cual es fundamental la participación activa de la ciudadanía en los asuntos que les atañen y el funcionamiento adecuado de los Poderes Públicos (CHÁVEZ, 2001, p. 121).

Os chavistas reforçam suas convicções que somente um sistema que permita a participação direta e cotidiana dos cidadãos seria uma autêntica democracia. Nos aspectos econômicos, foi reafirmada a defesa de um Estado forte, interventor, que estimulasse o desenvolvimento nacional com a colaboração do setor privado. O que chama atenção nesse novo plano de governo é a ênfase na questão da mudança de modelo: "Por lo que el cambio estructural de una economía rentista a otra de tipo productivo permitirá mejorar la calidad de vida de la mayoría de los venezolanos, entanto se consideran los aspectos políticos, territoriales, sociales e internacionales vinculados (CHÁVEZ, 2001, p. 8)". O chavismo aprofundava seus intentos em romper com a dependência do petróleo em prol de uma economia diversificada.

Comparando com o programa da UP, percebemos muitas diferenças nas propostas de Chávez em seus dois primeiros mandatos. Um dos principais aspectos diferenciadores é que o chavismo

não defendia o socialismo, o que é compreensível no contexto do início da era chavista: hegemonia do neoliberalismo logo após a derrocada do bloco soviético. Entretanto, o projeto chavista é o pioneiro em se contrapor às políticas econômicas neoliberais e em propor uma radical transformação da democracia. Ao defender a democracia participativa e protagônica, opondo-se ao modelo de democracia liberal, Chávez se aproximou da proposta de aprofundar a democracia formulada pelos partidários de Allende.

Ao longo de seu primeiro governo sob a nova constituição, Chávez enfrentou inúmeras adversidades, que levariam a expressivas mudanças de seu projeto, explicitadas no plano de governo de seu último mandato presidencial, conforme analisaremos na seção seguinte.

### Democracia e socialismo nos dois últimos programas de governo de Chávez

Entre pleito de 2000 e a reeleição seguinte de Chávez, no ano de 2006, o contexto histórico passou por mudanças significativas. Em 2001, o presidente promulgou uma série de leis *habilitantes* de caráter intervencionista do Estado na economia.<sup>14</sup> Essas leis suscitaram descontentamentos nas elites e amplos setores das classes médias, que deram início a manifestações de rua contra o governo. Em abril de 2002, quando Chávez tentou assumir o controle da PDVSA (Petróleos de Venezuela), grupos opositores desencadearam um golpe de Estado, que chegou a afastar Chávez do poder e substituí-lo por Pedro Carmona, então presidente do principal sindicato de empresas do país.<sup>15</sup> Mas o golpe frustrou-se devido à mobilização das camadas populares e à reação de setores legalistas das FFAA, reconduzindo Chávez ao poder em apenas dois dias após seu afastamento. O golpe fracassado não arrefeceu os ânimos da oposição, que tentou paralisar o país com o *paro petrolero* ao final

de 2002 e princípios de 2003. No ano seguinte, os opositores conseguiram reunir assinaturas suficientes para ativar um referendo revogatório do mandato de Chávez, mas cerca de 60% dos eleitores rejeitaram a saída antecipada do mandatário.

Para reagir contra os movimentos das oposições, Chávez buscou ampliar seus laços com os trabalhadores, a população mais pobre e as esquerdas. O país passou a vivenciar uma polarização acentuada, que foi paulatinamente se acirrando, dividindo literalmente o país entre apoiadores e opositores do governo, cada vez mais radicalizados e irreconciliáveis. A partir do pleno controle do petróleo, Chávez deu início a uma série de programas sociais, conhecidos como *misiones*, que distribuíram renda, diminuíram significativamente as desigualdades sociais e promoveram inclusões de setores tradicionalmente excluídos. O governo incentivou também as mobilizações e organizações populares, especialmente impulsionando as instâncias de democracia participativa, em especial os conselhos comunais e as comunas.

Essas instâncias de democracia participativa transformaram expressivamente o regime democrático. Os conselhos comunais e as comunas foram concebidos como mecanismos de participação direta da população no exercício do poder, constituindo-se no pilar de um autogoverno popular. Nestas instâncias, as pessoas têm a possibilidade de discutir, deliberar e executar diretamente as políticas públicas. Para a execução das políticas públicas pelos grupos de trabalho eleitos pelos conselhos comunais, o executivo nacional transfere recursos financeiros diretamente para eles. O processo, entretanto, teve seus limites. Restringiu-se principalmente entre a base social do chavismo, enquanto a grande maioria dos grupos opositores não participaram da construção dessas instâncias da democracia participativa. Além disso, a maioria das comunas

<sup>14</sup> Trata-se de um conjunto de leis aplicadas a partir de 2001, de caráter intervencionista do Estado na economia através da Lei Habilitante (espécie de decreto presidencial). Destas, três leis causaram mais polêmicas: a Lei das Terras, que possibilitava a reforma agrária em terras consideradas improdutivas; a Lei da Pesca, que favorecia os pescadores artesanais em detrimento da grande indústria; e a Lei dos Hidrocarbonetos, que possibilitaria o efetivo controle do Estado no setor do petróleo.

<sup>15</sup> Federação Venezuelana de Câmaras do Comércio e Produção (FEDECAMARAS), equivalente à FIESP no Brasil.

e dos conselhos comunais não eram plenamente autônomos, pois o governo chavista se empenhava em controlar seu funcionamento através dos militantes identificados com o partido oficialista.<sup>16</sup>

Nessa transformação do cenário, o projeto chavista também passou por significativas mudanças, radicalizando-se. Desde 2005, Chávez passou a defender o "socialismo do século XXI"<sup>17</sup> e o "Estado comunal", bandeiras que impulsionaram sua nova reeleição em 2006. Para o novo mandato de 2007 a 2013, os chavistas elaboraram um programa de governo intitulado *Proyecto Nacional Simon Bolivar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013* (daqui em diante, PNSB).

Um dos pontos centrais desse programa de governo, que mudou radicalmente em relação aos dois anteriores, é a defesa do socialismo. Pela primeira vez, desde a queda do muro de Berlim, um governo assume um projeto de transição ao socialismo em seu discurso. A questão da democracia, entretanto, não foi abandonada. Comparando com o projeto de Allende no Chile, Chávez passou a também defender conexões entre socialismo e democracia nessa guinada em seu discurso. A defesa da democracia foi ressaltada em diversos trechos, como no seguinte: "La democracia protagónica revolucionaria es la expresión genuina y auténtica de la verdadera democracia. Los espacios públicos y privados se consideran complementarios y no separados y contrapuestos, como en la ideología liberal" (CHÁVEZ, 2007, p. 17).

Ficou evidente que os chavistas fizeram a defesa de uma concepção singular de democracia, que se proclamava revolucionária e radicalmente diferente da democracia liberal. A democracia revolucionária seria a "verdadeira democracia". Defenderia o coletivo, o bem comum, a comu-

nidade e não os interesses individualistas e egoístas, como seria o caso da concepção liberal. Outro ponto que marcaria diferenças entre as concepções chavista e liberal de democracia eram as questões da soberania e da representação, como fica evidenciado no trecho seguinte:

La soberanía popular está reunida en asamblea pública de ciudadanos (Asamblea Constituyente), única depositaria legítima del poder legislativo. La soberanía no puede ser representada, la voluntad no admite representación. [...] El ciudadano puede delegar su poder, pero no su soberanía. Por eso, cuando el funcionario a quien delega dicha función se aparta de ella, puede destituirlo a través del referendium (CHÁVEZ, 2017, p. 18-19).

Conforme a citação acima, as eleições de representantes não seriam abolidas com a democracia direta. A diferença é que o povo não abdicaria do poder soberano, podendo revogar o mandato de seus representantes, caso se julgasse que eles estariam em desacordo com a vontade popular. De qualquer forma, é uma mudança em relação aos programas dos mandatos anteriores de Chávez, em que democracia representativa e democracia participativa seriam complementares, não excludentes. No discurso do socialismo do século XXI, a democracia direta e participativa seria contraposta ao modelo de democracia representativa liberal. As experiências práticas nos conselhos comunais e nas comunas certamente contribuíram para essas mudanças nos discursos.

Essa democracia "protagônica e revolucionária" é um dos elementos da nova orientação rumo ao "socialismo do século XXI", explicitada na apresentação do programa. Assim como no caso do projeto de Allende, Chávez também não se prendeu a algum modelo de socialismo, conforme explicitado no seguinte trecho: "La plena realización del Socialismo del Siglo XXI que

<sup>16</sup> Sobre o funcionamento dos conselhos comunais e das comunas, consultar Eduardo Scheidt (2017).

<sup>17</sup> Esse novo sistema de socialismo é ainda bastante impreciso e ambíguo, mesmo em nível teórico. Impreciso porque justamente se propõe a ser "inventado" e ambíguo no sentido que admite a existência da propriedade privada na produção lado a lado com a propriedade pública e outras modalidades de "propriedade social". Pode-se até questionar até que ponto pode ser considerado "socialismo", já que não se prevê algum pleno rompimento com o sistema capitalista. Segundo o sociólogo alemão Heinz Dieterich, (2005), os principais aspectos do socialismo do século XXI seriam: uma ampliação da democracia, através de diversos mecanismos de democracia direta e participativa; distribuição social da riqueza pelo Estado, especialmente com programas sociais; crescente planificação macroeconômica dirigida pelo Estado, rompendo-se com as diretrizes neoliberais de priorizar os monopólios privados; instituição da propriedade social, convivendo com diversas formas de propriedades como estatal e privada; construção de uma ética socialista, em que as pessoas priorizariam projetos coletivos e sociais, em detrimento de interesses privados e egoístas.



estamos inventando y que sólo será posible en el mediano tiempo histórico, pasa necesariamente por la refundación ética y moral de la Nación venezolana" (CHÁVEZ, 2007, p. 7). Essa questão da ética e moral é um dos elementos centrais nessa concepção de socialismo. Aludindo a diversas correntes humanistas, os chavistas afirmavam que seria essencial romper com as práticas egoístas e individualistas em prol a defesa do coletivo e do bem comum. Para construção do socialismo, pois, seria crucial uma mudança de mentalidade da maioria da população.

A própria concepção de socialismo estaria em construção, concomitante com o aprofundamento da democracia participativa. Semelhante ao caso da UP chilena, o chavismo também rejeitava os modelos do antigo bloco soviético, defendendo a manutenção das liberdades democráticas, do voto universal para escolha de representantes para os poderes executivo e legislativo (sob controle popular), assim como a preservação das liberdades de participação partidária, de expressão e de manifestação dos grupos opositores.

Nos aspectos econômicos, essa concepção de socialismo se contrapõe claramente ao capitalismo. O modelo produtivo teria que responder prioritariamente às necessidades humanas e estaria menos subordinado à reprodução do capital. Além disso, propunha-se uma radical transformação nos tipos de propriedade:

El Modelo Productivo Socialista estará conformado básicamente por las Empresas de Producción Social, que constituyen el germen y el camino hacia el Socialismo del Siglo XXI, aunque persistirán empresas del Estado y empresas capitalistas privadas.

Son Empresas de Producción Social (EPS) las entidades económicas dedicadas a la producción de bienes o servicios en las cuales el trabajo tiene significado propio, no alienado y auténtico, no existe discriminación social en el trabajo y de ningún tipo de trabajo, no existen privilegios en el trabajo asociados a la posición jerárquica, con igualdad sustantiva entre sus integrantes, basadas en una planificación participativa y protagónica (CHAVEZ, 2007, p. 25).

Essas Empresas de Produção Social (EPS) já eram existentes em alguns conselhos comunais e comunas. Um tipo de propriedade coletiva,

sem o proprietário individual, mas também não estatizada. Essa é uma diferença importante entre o socialismo de Allende e o "socialismo do século XXI". Nesse não se previa uma ampla estatização da economia, e sim o predomínio das EPS. Projetava-se, para os próximos seis anos, a transformação de muitas empresas estatais e privadas em EPS. Embora predominantes, essa nova forma de propriedade social conviveria com as empresas estatais e as empresas privadas capitalistas, que não seriam erradicadas.

No que se refere a empresas privadas, há menos menções do que nos programas das eleições anteriores. Numa seção que discorre sobre a ética socialista, a "reponsabilidade social das empresas privadas" é o último item (CHÁVEZ, 2007, p. 11). Na seção sobre aspectos econômicos, entre seus objetivos é destacado "estimular a utilização do capital privado" (CHÁVEZ, 2007, p. 28) e "apoiar a pequena e média indústria" (CHÁVEZ, 2007, p. 30).

Sobre o papel do Estado na economia, o programa de governo afirmava que:

El Estado conservará el control total de las actividades productivas que sean de valor estratégico para el desarrollo del país y el desarrollo multilateral y de las necesidades y capacidades productivas del individuo social. [...] Establecer un Modelo Productivo Socialista con el funcionamiento de nuevas formas de generación, apropiación y distribución de los excedentes económicos y una nueva forma de distribución de la renta petrolera, lo que será el reflejo de un avance sustancial en el cambio de valores en el colectivo, en la forma de relacionarse los individuos con los demás, con la comunidad, con la naturaleza y con los medios de producción (CHÁVEZ, 2007, p. 24).

Havia, pois, uma continuidade da defesa de um Estado forte e atuante na economia. No caso, o Estado seria um dos agentes impulsionadores da construção do socialismo do século XXI. Note-se que a renda do petróleo é mencionada. Há uma defesa da continuidade dos programas sociais financiados pela exportação do hidrocarboneto. Naquele contexto, as *misiones* estavam no seu auge, muito em função dos altos preços do petróleo no mercado mundial.

Embora se pautasse na exportação do petróleo para financiar programas sociais, o programa de



governo destacava como um dos objetivos econômicos centrais: "Desarrollar el nuevo modelo productivo endógeno como base económica del Socialismo del Siglo XXI y alcanzar un crecimiento sostenido" (CHÁVEZ, 2007, p. 27). Entendemos que há certa ambiguidade do projeto chavista, uma vez que colocava como objetivo central a construção de um novo modelo econômico endógeno e autossustentável, mas defendia explicitamente o fortalecimento da exportação de petróleo.

Essa mudança do discurso chavista, em defesa do socialismo, está relacionada com as alterações do contexto. A Venezuela se polarizou e se radicalizou. As burguesias, oligarquias e setores majoritários das classes médias rejeitavam o chavismo e se utilizavam de todos os meios para o derrocar. Chávez, em contrapartida, apoiava-se cada vez mais nas classes populares, buscando mobilizá-las e organizá-las politicamente. O discurso do socialismo do século XXI é dirigido para esses segmentos sociais. Abandonou-se o discurso voltado para toda a sociedade em prol de um discurso dirigido para as maiorias trabalhadoras e mais pobres da população.

Em outubro de 2012, Chávez participou de sua última eleição presidencial, já abatido por um câncer que o levaria ao afastamento de suas funções em dezembro e a sua morte em março do ano seguinte. Para concorrer ao pleito, lançou o programa de governo intitulado *Propuesta del Candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019* (daqui em diante, PCPCHC). Como o próprio título sugere, o "socialismo do século XXI" continuava no centro da proposta chavista. Assim como no programa anterior, havia uma clara conexão entre socialismo e democracia, destacando-se o caráter "transitório" desse socialismo. Enfatizava-se que se está apenas no início de um longo processo de transição:

No nos llamemos a engaño: la formación socioeconómica que todavía prevalece en

Venezuela es de carácter capitalista y rentista. Ciertamente, el socialismo apenas ha comenzado a implantar su propio dinamismo interno entre nosotros. Éste es un programa precisamente para afianzarlo y profundizarlo; direccionado hacia una radical supresión de la lógica del capital que debe irse cumpliendo paso a paso, pero sin aminorar el ritmo de avance hacia el socialismo (CHÁVEZ, 2012, p. 2).

Como já constava no programa anterior, mencionava-se que não havia modelo de socialismo a ser seguido. O sistema teria que ser "inventado" e construído, conforme especificidades nacionais e continentais. Sobre esta questão, recorreu-se a José Carlos Mariátegui: "No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica" (CHÁVEZ, 2012, p. 6).

Outro ponto de destaque é a necessidade de mudança de modelo econômico:

Desarrollar el Sistema Económico Comunal con las distintas formas de organización socioproductiva: empresas de propiedad social, unidades familiares, grupos de intercambio solidario y demás formas asociativas para el trabajo. Fortalecer la base social del sistema de economía comunal. Procesos de transferencia de empresas de propiedad social indirecta a instancias del Poder Popular, así como el financiamiento autosustentable (CHÁVEZ, 2012, p. 22).

Essa radical transformação na produção econômica era mais retórica do que real. A Venezuela continuava a ser capitalista e altamente dependente das rendas do petróleo. As experiências dos conselhos comunais e das comunas se destacavam como espaços de participação política e de gestão diretas pela população. Mas no que se refere à produção econômica, as experiências comunais eram muito incipientes.<sup>18</sup> Daí a ênfase no PCPCHC do caráter transitório para o socialismo, que demandaria um longo caminho a ser percorrido.

Embora as concepções de socialismo se radicalizaram, não se abandonou totalmente a defesa dos setores privados. Sobre esses segmentos, o programa de governo defendia: "Desarrollar

<sup>18</sup> Embora tenham-se registrado milhares de conselhos comunais e comunas pelo país, foram poucas as que efetivamente implementaram projetos de produção econômica comunal. A Venezuela continuou a ser um país capitalista de economia rentista. Consultar Lander (2014).

un sistema de estímulos para el fomento de las pequeñas y medianas empresas privadas [...]” (CHÁVEZ, 2012, p. 19). Havia uma miscelânea de defesa de diversos tipos de propriedades, tais como estatal, comunal, privada e mista. Não aparecia mais a meta do predomínio da EPS, conforme o programa imediatamente anterior, embora continuasse defendendo o esforço de expansão da propriedade comunal.

A construção do poder popular era um dos eixos centrais da concepção chavista de socialismo. As *misiones* e as instâncias comunais seriam os pilares fundamentais do poder popular. Esses aspectos confrontam-se com uma das principais contradições do discurso chavista, que, embora de fato incentivou e articulou as mobilizações e as organizações das camadas populares, também reforçou a centralização em torno de Chávez, que exercia uma forte liderança e procura controlar todo o processo.<sup>19</sup>

Outro ponto de destaque é que o discurso do socialismo do século XXI era dirigido não mais para toda população, mas para setores majoritários, em especial para os trabalhadores:

Este Programa de Gobierno para la Independencia Nacional y el Socialismo que presentamos, no es más que una convocatoria a un amplio debate de ideas y propuestas en el seno del pueblo venezolano, que sirva para elaborar el II Plan Socialista de la Nación Simón Bolívar (2013-2019) y seguir conformando el gran bloque histórico, democrático y popular integrado por los obreros y obreras, campesinos y campesinas, estudiantes, afrodescendientes, indígenas, académicos y académicas, pequeños y medianos productores y productoras del campo y la ciudad, comerciantes, transportistas, motorizados, maestros y maestras, profesionales de la salud y en general, servidores y servidoras públicos, mujeres, militares, pobladores, pescadores y pescadoras, cultores y cultoras, deportistas, líderes comunales y sindicales y de manera muy especial por la juventud venezolana (CHÁVEZ, 2012, p. 4).

Nesse aspecto, há sintonias com o discurso do programa de Allende. Ambos eram direcionados não a toda a sociedade de forma universal, mas sim às grandes maiorias trabalhadoras e setores médios. Até a priorização de “operários” passa a

ser defendida pelos chavistas.

Os dois últimos programas de governo chavistas demonstram mudanças significativas em relação aos primeiros. No início, Chávez defendia um programa democrático, de transformação da democracia voltado para toda a sociedade em um projeto de desenvolvimento nacional. Entretanto, as elites e partes expressivas das classes médias rejeitaram a proposta, levando o país a uma radical polarização. A defesa do socialismo do século XXI está relacionada com esse contexto conturbado, em que Chávez passou a se apoiar cada vez mais nos trabalhadores e na população pobre, dirigindo seus discursos prioritariamente para esses grupos. Assim como Allende, Chávez defendeu um discurso original de socialismo, conectado com a democracia. O chavismo propunha a construção de uma ética socialista, formas de propriedade social e comunal ao invés de amplas estatizações e, fundamentalmente, recusava “modelos”, propondo uma construção longa e paulatina do socialismo.

### Considerações finais

Tanto Allende quanto Chávez construíram discursos originais sobre o socialismo, em que as interconexões entre socialismo e democracia era um dos elementos centrais. Entretanto, enquanto Allende venceu a eleição com um programa de governo comprometido com a transição ao socialismo através da democracia, Chávez não tinha um projeto socialista em suas duas primeiras eleições, mas sim uma proposta de “revolucionar” a democracia. Essa diferença explica-se pelos contextos históricos distintos. A eleição de Allende em 1970 deu-se no período da Guerra Fria, quando o socialismo era defendido por grandes setores das esquerdas latino-americanas. Já na primeira eleição de Chávez em 1998, o bloco soviético já tinha se desmantelado e vivenciava-se uma crise do socialismo, enquanto a democracia era defendida por praticamente todos os setores das esquerdas. Naquele contexto, o projeto chavista era de transformar a democracia, pro-

<sup>19</sup> Ver Scheidt (2017, 2019).

mover o desenvolvimento nacional e combater o neoliberalismo, não o capitalismo. A partir da rejeição das elites e das direitas a Chávez e suas crescentes aproximações com as classes populares e as esquerdas, é que o projeto chavista se reformula, passando a defender o socialismo nas eleições de 2006 e 2012.

Embora nem o governo de Allende nem o de Chávez tenham superado o capitalismo, seus programas de governo socialistas apontaram para propostas bastante distintas dos modelos de socialismo então vigentes. Suas originais concepções de socialismo democrático não seguiam e até mesmo se diferenciavam consideravelmente de modelos, como o do bloco soviético e de Cuba. Em ambos os casos, defendia-se que o socialismo teria que ser construído a partir das realidades locais, levando-se em conta as especificidades de seus países e dos contextos históricos. Rejeitavam a luta armada e a insurreição popular, defendendo a manutenção das liberdades democráticas como organização e atuação de partidos opositores, liberdade de expressão e defesa dos processos eleitorais. Tanto o programa allendista quanto o chavista criticavam as experiências do socialismo soviético, apontado como autoritário. Embora defendessem a democracia, tanto Allende como Chávez defendiam transformações em direção a maior participação da população e em prol de uma autêntica soberania popular.

A despeito de suas semelhanças, os discursos socialistas de Allende e de Chávez se caracterizaram também por muitas diferenças. Para Allende, a construção do socialismo passava prioritariamente por questões econômicas, com ampla estatização de setores estratégicos da economia, reforma agrária e planos econômicos de desenvolvimento nacional e distribuição de renda. Questões sociais como participação dos cidadãos na gestão e a construção do "poder popular" também eram destacadas, mas se ressaltava que somente a partir da "libertação econômica" é que o povo poderia exercer plenamente as liberdades políticas. Já no discurso chavista, o socialismo priorizava mudanças do sistema político e questões sociais, em especial a

construção de instâncias de poder popular através dos conselhos comunais e das comunas, além de enfatizar mudanças de mentalidade, do individualismo à defesa do interesse social. E ainda que também defendesse o controle estatal de setores estratégicos da economia, o discurso do socialismo do século XXI propunha a construção da propriedade social, as chamadas EPS, ao invés de amplas estatizações como propunha o programa da UP.

Em que pesem algumas diferenças, ambos os projetos eram cientes de que a transição ao socialismo não seria fácil nem rápida. Enfrentaria inúmeras lutas políticas e sociais e suas implementações seriam paulatinas e a longo prazo.

## Referências

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota: Chile, 1970/1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. *Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: BLOCH, Marc. *Melanges historiques*. Paris: Sevpen, 1963. p. 16-40.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2010. 2 v.

BORGES, Elisa de Campos. Os caminhos revolucionários de Salvador Allende. In: COSTA, Adriane Vidal e BORGES, Elisa de Campos (org.). *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 111-145.

CARDOSO, Ciro Flamarion; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

CARUSO, Danilo. A Revolução Bolivariana: avanços, limites e contradições. In: SCHEIDT, Eduardo; ARAUJO, Rafael; MAIA, Tatyana (org.). *Estado, democracia e movimentos sociais no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2019. p. 138-173.

CHÁVEZ, Hugo. La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela. Una revolución democrática. In: *Análítica*. Caracas, 1998. Disponível em: <http://www.analitica.com/bitblo/hchavez>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHÁVEZ, Hugo. Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007. In: *MPPP*. Caracas, 2001. Disponível em <http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHÁVEZ, Hugo. Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013. In: *MPPP*. Caracas, 2007. Disponível em <http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2007-2013.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHÁVEZ, Hugo. Propuesta del Candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019. In: *MPPP*. Caracas, 2012. Disponível em <http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2018/05/Programa-Patria-2013-2019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

COSTA, Adriane Vidal e BORGES, Elisa de Campos (org.). *Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

GARCES, Joan. *Allende y la experiencia chilena: las armas de la política*. Santiago: BAT, 1991.

GAUDICHAUD, Franck. *Chile 1970-1973: mil días que estremecieron al mundo*. Santiago: LOM Ediciones, 2017.

LANDER, Edgardo. Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista? In: *Aporrea*. Caracas, 2014. Disponível em: <http://www.aporrea.org/actualidad/a197498.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LANDER, Edgardo. Venezuela: la experiencia bolivariana en lucha por trascender al capitalismo. In: *Aporrea*. Caracas, 2017. Disponível em: [www.aporrea.org/ideologia/a251495.html](http://www.aporrea.org/ideologia/a251495.html). Acesso em: 15 jul. 2020.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas. In: CHERENSKY, Isidoro (org.). *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011. p. 221-262.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.

PINTO VALLEJOS, Julio (org.). *Quando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

PROGRAMA BASICO DE GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR. Candidatura presidencial de Salvador Allende. In: *Memoria Chilena*. Santiago: [s. n.], 1969. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-articulo-7738.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

QUIROGA, Patricio. *La dignidade de América: el retorno histórico a Salvador Allende*. Chile: Escaparate, 2016.

SADER, Eder. *Um rumor de botas (ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina)*. São Paulo: Polis, 1982.

SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHIEDT, Eduardo. Da democracia participativa e protagônica ao Estado comunal: as transformações do Estado na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2012). In: SCHIEDT, Eduardo; MAIA, Tatyana (org.). *Projetos de Estado na América Latina contemporânea: de 1960 até os dias atuais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 65-100.

SCHIEDT, Eduardo. A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. *Temos Históricos*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 261-291, 2017

SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: UNESP, 2010.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

---

## Eduardo Scheidt

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Professor de História da América na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), em São Gonçalo, RJ, Brasil.

---

## Endereço para correspondência

Eduardo Scheidt

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

Rua Francisco Portela, 1470

Patronato, 24435-005

São Gonçalo, RJ, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do autor antes da publicação.*